



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

PARECER DO RELATOR ESPECIAL DESIGNADO AO PROCESSO TC Nº 3225.989.20-1, QUE DISPÕE SOBRE O PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA REFERENTE O EXERCÍCIO DE 2020.

RELATOR: ILUSTRÍSSIMA VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ

1-RELATÓRIO

Inicialmente, ressalta-se que este parecer foi antecedido por processo administrativo, devidamente instaurado no âmbito interno desta Casa de Leis.

Com o intuito de propiciar toda lisura a este processo, conforme exigências da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno e, mormente, às garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, consignadas no inciso LV, do art. 5º, da Lei Maior, em prol da análise e julgamento das contas examinadas, o responsável pelas contas, Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis, foi devidamente intimado a prestar as alegações que julgassem necessárias.

O intimado acusou o recebimento do Ofício PRE nº 416/2022 porém, não apresentou Defesa escrita.

Diante destes fatos, cabe apresentar o seguinte relatório.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

Primeiramente, deve-se esclarecer que a competência para aprovar ou rejeitar contas municipais é da Câmara de Vereadores e não do Tribunal de Contas. Este último, apenas emite pareceres, mas não julga as contas dos prefeitos.

Por certo, o artigo 71 da Constituição Federal em seu *caput*, dispõe que o Tribunal de Contas é um auxiliar do Congresso Nacional, e, apresenta em seus dois primeiros incisos, tratamento diferenciado às contas do chefe do Poder Executivo da União em relação aos administradores em geral:

“Art. 71 – O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público (...).”



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

Cumpre-nos ressaltar que o julgamento é **das contas anuais** e não do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que apenas opina sobre as mesmas, sendo as Comissões Permanentes e o Plenário da Câmara Municipal, soberanos para concordar com o parecer ou rejeitá-lo.

Desta forma, em hipótese alguma a prestação de contas anuais poderá ter sua aprovação ou rejeição por decurso de prazo, sem que o Poder Legislativo realize o respectivo julgamento das contas, com deliberação/votação expressa de seus membros.

No mesmo sentido, o artigo 31 do mesmo diploma, determina que a fiscalização do município seja exercida pelo Poder Legislativo municipal.

“Art. 31 – A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º – O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.”

Verifica-se, assim, que os Tribunais de Contas dos Estados ou dos municípios são órgãos auxiliares da Câmara Municipal (parágrafo 1º), o que exclui a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

possibilidade de lhes ser reconhecida autonomia suficiente à rejeição das contas dos prefeitos. A atividade meramente auxiliar não pode ser transmutada em decisória.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu nos seguintes julgados:

*“O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), que redigirá o acórdão, fixou tese nos seguintes termos: “Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a **apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores**”, vencidos os Ministros Luiz Fux e Rosa Weber. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Plenário, 17.08.2016. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF – RE 848826 – Relator: Ministro Ricardo Lewandowski – data 17/08/2016)”*

*“O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, fixou tese nos seguintes termos: “O **parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo**”, vencidos os Ministros Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

Weber e Luiz Fux. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 17.08.2016. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF – RE 729744 – Relator: Ministro Gilmar Mendes – data 17/08/2016)”

Portanto, são os vereadores que detém o direito de julgar as contas do Chefe do Executivo Municipal, na medida em que representam os cidadãos.

2- FUNDAMENTAÇÃO:

Do Parecer Prévio favorável às Contas de 2020 emitido pelo Tribunal de Contas de São Paulo.

Trata-se da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna do exercício de 2020 que recebeu Parecer favorável pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Para uma melhor compreensão da linha de raciocínio que levou este Relator Especial opinar pela aprovação das contas do Município no exercício de 2020, necessário esclarecer que a presente análise será baseada nos elementos fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, que auditou a contabilidade da Prefeitura de Jaguariúna por meio dos seus órgãos técnicos e especializados, à luz das informações prestadas pelo Município, e que, ao final, aconselhou a aprovação das contas.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

Por oportuno, este Relator acolhe e considera como parte integrante da fundamentação deste Parecer as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no processo TC nº 3225.989.20-1.

Isto porque, se é verdade que o parecer do TCE não vincula as decisões da Câmara no julgamento das contas, não se pode desconsiderar que a missão constitucional do TCE é auxiliar o Poder Legislativo no exercício da sua atribuição de fiscalizar o Executivo, consoante artigo 49, §1º do artigo da Lei Orgânica do Município e art. 33, inciso XIII da Constituição Estadual, notadamente com relação ao controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Poder Executivo.

Nos dizeres de Evandro Martins Guerra:

“(...)importa dizer que o auxílio prestado pelo Tribunal de Contas ao Poder Legislativo não tem o condão de transformá-lo em órgão auxiliar, no sentido de subalternidade hierárquica. A melhor inteligência é no sentido de que o exercício do controle, a cargo do Poder Legislativo, naquelas competências previstas no art. 71, não poderá prescindir do Tribunal de Contas.”¹

Como órgão técnico e especializado de assessoramento do Poder Legislativo, financiado com recursos públicos, o TCE conta em seu quadro com

¹ GUERRA, Evandro Martins. *Os Controles externo e interno da Administração Pública*. Belo Horizonte: Ed. Fórum. 2005. 2ª ed.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

especialistas de diversas áreas e possui conhecimento técnico e científico fundamentais para que o Poder Legislativo possa embasar tecnicamente suas decisões.

Neste contexto não cabe ao Legislativo duvidar da análise técnica e especializada nem da prova produzida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Assim, o Tribunal de Contas emitiu Parecer Favorável à aprovação das contas do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, excetuados os atos pendentes de julgamento, em decorrência dos resultados a seguir elencados.

Primeiramente, os resultados no exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna foram de:

“Ensino: 29,17%

FUNDEB: 100%

Magistério: 100%

Pessoal: 38,37%

Saúde: 29,65%

Receita Prevista: R\$ 410.343.000,33

Receita arrecadada: R\$ 403.363.353,74

Execução financeira: Superávit

Transferências ao Legislativo: Regular

Execução Orçamentária: Superávit de 3,15%

Remuneração dos agentes políticos: Regular

Encargos Sociais: Regular.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

Ordem cronológica de pagamentos: Regular

Precatórios: Regular

Nesse sentido, o Tribunal de Contas discorreu que as contas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna merecem aprovação, tendo em vista estarem em ordem os principais aspectos legais e constitucionais que norteiam o exame de aludidos demonstrativos.

Nesse sentido, a instrução processual revelou que a Administração Municipal investiu na manutenção e desenvolvimento do Ensino, o equivalente a 29,17% da receita oriunda de impostos e transferências, atendendo, assim, ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Além disso, a receita proveniente do FUNDEB, 100% foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, conforme determina o artigo 60, inciso XII do ADCT e atendendo, por conseguinte, as regras instituídas pela Lei Federal no 11.494/07.

Porém, na decisão, o Tribunal de Contas alertou a Prefeitura sobre a necessidade de melhoria na qualidade da prestação dos serviços e na estrutura das escolas, principalmente nos aspectos relacionados à composição do IEG-M.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

Por outro lado, em relação às ações e serviços públicos de Saúde, a Administração aplicou o correspondente a 29,65% da arrecadação de impostos, atendendo, portanto, ao que prescreve a Lei Complementar Federal no 141, de 13 de janeiro de 2012. Contudo, asseverou o Tribunal que em que pese esse expressivo percentual de investimentos, o atual cenário apurado pela fiscalização revela restrição de acesso a consultas médicas, demonstrando ineficácia na gestão de políticas públicas de saúde. Por essa razão, foi adirto ao gestor que o volume de recursos, para surtir os efeitos esperados, deve estar intimamente associado a uma atuação mais eficiente no sentido de entregar à população serviços suficientes e de qualidade.

No que tange às despesas com pessoal e reflexos, não restou ultrapassado o máximo fixado pelo artigo 20, inciso III, letra “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, (38,37%).

Nos aspectos contábeis, a instrução revelou o equilíbrio fiscal das Contas, com superávits orçamentário e financeiro, além de suficiência de recursos para quitação da dívida flutuante e estabilidade da dívida de longo prazo.

Por todo o panorama acima destacado, o Tribunal de Contas relevou o índice de alterações orçamentárias, no patamar de 28,51%, sem prejuízo de recomendação para a observância das orientações de modo a se evitar a abertura



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

indiscriminada de créditos em comprometimento das peças de planejamento. No mesmo sentido, quanto às aberturas de crédito com base no excesso de arrecadação, que se observe o artigo 167, incisos V e VI, da Constituição Federal.

Por outro lado, os gastos com o pagamento dos subsídios aos agentes políticos mantiveram-se de acordo com o ato fixatório e dentro dos limites legais.

A fiscalização apontou a regularidade dos pagamentos relacionados a encargos sociais e precatórios. Quanto aos requisitórios de baixa monta, foi relevada a questão em prestígio ao princípio da insignificância, pois o saldo a pagar perfazia o montante de R\$ 11.415,99. Ademais, permite afastar a falha, na companhia a jurisprudência desta Corte, a notícia de que essa parcela foi adimplida logo no início do exercício seguinte.

O Tribunal também entendeu que no que tange às diversas ocorrências do quadro de pessoal, que não existem falhas com gravidade suficiente para contaminar toda a gestão, sem prejuízo de severas recomendações para a fiel adequação do setor aos ditames constitucionais regentes da matéria.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

A Corte de Contas advertiu a Prefeitura sobre a questão relacionada aos requisitos de escolaridade para os cargos em comissão, razão pela qual asseverou ao gestor para que dispense especial atenção às qualificações técnicas ou exigências para as ocupações, em consonância com a orientação do Comunicado SDG no 32/15, item 8: “as leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriada”.

Diante disso, o Tribunal emitiu Parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, excetuados os atos pendentes, bem como exarou recomendações para que o Poder Executivo Municipal aprimore alguns itens em sua gestão.

3- CONCLUSÃO:

Diante deste quadro favorável, este Relator Especial concorda com o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e propõe a aprovação das contas de 2020.

Pelas razões acima expostas, apresento o Parecer acolhendo e aprovando o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o qual recomendou a aprovação das contas do Município de Jaguariúna no exercício de 2020, para, assim, deliberar pela **APROVAÇÃO** das contas anuais, referente ao exercício financeiro de 2020, do Município de Jaguariúna, sob a responsabilidade do Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo




Processo C.M. nº 091/2022 – TC nº 3225.989.20-1

Por derradeiro, em anexo é proposto o Projeto de Decreto Legislativo, que dispõe sobre o acatamento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a fim de **APROVAR** às contas do exercício de 2020, do Município de Jaguariúna.

Esse é o parecer, ao referendo do egrégio Plenário.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 13 de setembro de 2022.


VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ
Relatora Especial Designada

LIDO EM SESSÃO
DE 13/09/2022

PRESIDENTE